

# A INTERPRETAÇÃO DA “HISTÓRIA TOTAL” NO PENSAMENTO DE FERNAND PAUL BRAUDEL ENTRE 1949 E 1958

DIOGO DA SILVA ROIZ\*

## RESUMO

Este artigo aborda o estudo do que foi a “História total” no pensamento de Fernand Braudel, entre 1949 e 1958, com o objetivo de apreender qual o espaço e o tempo que circunscreveriam aquela História. Levanta-se a hipótese de que no período de 1935/7 a 1958, Braudel passou do debate intenso com a historiografia francesa das primeiras décadas do século XX, para as “ciências sociais”, à medida que desenvolvia uma abordagem geo-histórica para o estudo do passado, e a reformulou como um “projeto político” e “intelectual”, para flexibilizar a metodologia da antropologia estrutural, por meio do conceito de “estrutura”, para a História produzida na década de 1950.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernand Braudel; história total; temporalidades; história intelectual.

Mas, para além das polêmicas, quase nada se falou, até agora, a respeito do grande tema que marca toda a obra de Braudel: a sua insistência na compreensão de uma história de longa duração e na necessidade constante de pensarmos numa história global.<sup>1</sup>

## UMA BUSCA DE PROCEDIMENTOS À PESQUISA HISTÓRICA?

Desde, pelo menos, Jean Antoine Nicolas de Caritat, mais conhecido como Marquês de Condorcet (1743-1794), autor do *Ensaio de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1794), no qual as idéias de François Marie Arouet (Voltaire, 1694-1778) e Turgot (1727-1781) sobre a história foram sistematicamente reformuladas, a idéia de “progresso material” passou a estar diretamente ligada à interpretação da História, com vistas a propor os caminhos segundo os quais os homens e

---

\* Professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

<sup>1</sup> SALIBA, Elias Thomé. *O Estado de S. Paulo*. Caderno II, 25 ago. 2002, p. 4.

as sociedades deveriam seguir no tempo<sup>2</sup>. Embora a História, nesse autor, fosse imaginada universal, a base de suas reflexões se alicerçava em um “projeto político” fundamentalmente comprometido com a história francesa e inglesa dos séculos XVII e XVIII.

No século XIX, diversas “filosofias da história”, como a iluminista, a positivista, a marxista, a historicista, procuraram pensar a História de forma universal, mas apenas agrupando à Europa os fundamentos do desenvolvimento, que aqueles países e continentes, pouco ou nada estudados e, por isso mesmo, não agrupados nesse movimento de conjunto, deveriam ter como a base para os seus subseqüentes caminhos e projetos futuros<sup>3</sup>. Todavia, tanto a forma como se pensou a História, como os caminhos então planejados para a Europa, foram profundamente abalados pelos desdobramentos dos acontecimentos do século XX<sup>4</sup>. Entre os críticos daquela interpretação do passado, destacava-se:

Lévi-Strauss [que] ataca[va] (...) o evolucionismo, a ideologia do progresso que pensa a história da humanidade dentro de um âmbito unitário, idêntico (...) que concebem a história como uma sucessão de etapas (...) da escala de Condorcet ou da marcha para o comunismo de Marx (...). A este opõe a pluralidade dos caminhos, das civilizações e das temporalidades, com uma visão de mundo mais próxima de um relativismo cultural...<sup>5</sup>.

Em várias ocasiões, como congressos, cursos e palestras, organizadas na década de 1950, sob o título de *Raça e História*, Claude Lévi-Strauss questionou os pressupostos de um suposto “progresso técnico e material” na sociedade ocidental. Para ele, não haveria entre os “atores sociais” do passado uma consciência definida, em torno da

---

<sup>2</sup> Para Maria G. Souza, o pensamento sobre a História no século XVIII, particularmente no Iluminismo Francês, desdobrou-se a partir das reflexões de Rousseau, Voltaire e Condorcet. Rousseau, segundo essa autora, teria sua filosofia sobre a história localizada na recuperação de um “passado perdido”, enquanto Voltaire teve suas reflexões sobre a história estendidas para o futuro. O projeto de Condorcet, por outro lado, desdobrava-se no tempo presente e visava uma mudança social em sua própria época. Diferente dos outros autores, que projetavam a realização de suas “filosofias da história”, no passado ou no futuro. Cf. SOUZA, M. G. *Ilustração e História. O pensamento sobre a história no Iluminismo Francês*. São Paulo: Discurso, 2001.

<sup>3</sup> Cf. BERLIN, I. A inevitabilidade histórica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 159-225; FEBVRE, L. *Europa: gênese de uma civilização*. Bauru: Edusc, 2005; LE GOFF, J. *A velha Europa e a nossa*. Tradução de Regina Louro. Lisboa: Gradiva, 1995; HOBBSAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>4</sup> Cf. LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Edunicamp, 1996; HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>5</sup> DOSSE, F. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Edunesp, 2001, p. 157-158.

qual fazia com que os homens e as sociedades do passado se dispusessem a fazer certas escolhas, descartando outras. Desde a década de 1930, esse autor procurava demonstrar a complexidade dos processos sociais e, ainda que de forma estrutural, ressaltar as diferenças entre sociedades, em que, para umas, as “sociedades quentes”, a “escrita” teve uma função de guardiã da “memória coletiva”, enquanto outras, as “sociedades frias”, tinham na “tradição oral” a função da transmissão do passado às “novas gerações”<sup>6</sup>. Diz ele:

Poderíamos, na verdade, dizer que as sociedades humanas utilizaram desigualmente um tempo passado que, para algumas, teria sido mesmo um tempo perdido; que umas metiam acelerador a fundo enquanto que as outras divagavam ao longo do caminho. Seríamos assim conduzidos a distinguir duas espécies de histórias: uma história progressista, aquisitiva, que acumula os achados e as invenções para construir grandes civilizações, e uma outra história, talvez igualmente activa e empregando outros tantos talentos, mas a que faltasse o dom sintético, privilégio da primeira. Cada inovação em vez de se vir acrescentar a inovações anteriores e orientadas no mesmo sentido, desenvolver-se-ia nela numa espécie de fluxo ondulante que nunca consegue afastar-se por muito tempo da direção primitiva<sup>7</sup>.

Claude Lévi-Strauss, assim concluía tal raciocínio:

[A] hipótese de uma evolução, que parece tão incerta e tão frágil quando a utilizamos para hierarquizar sociedades contemporâneas afastadas no espaço, [e que] parece aqui dificilmente contestável e mesmo directamente testemunhada pelos factos (...). Os progressos realizados pela humanidade desde as suas origens [nesta linha de raciocínio] são tão claros e tão gritantes que qualquer tentativa para os discutir se reduziria a um exercício de retórica. E, no entanto, não é tão fácil, como se pensa, ordená-los numa série regular e contínua<sup>8</sup>.

Por isso, se por parte de sociólogos e antropólogos (e não menos importantes foram as contribuições de geógrafos e filósofos) houve

---

<sup>6</sup> Evidentemente, deve-se aqui considerar que o apontamento teórico de Lévi-Strauss, distinguindo “sociedades quentes” de “sociedades frias”, é um instrumento de análise que não é encontrado diretamente na “realidade”, uma vez que as sociedades, tal como indicou o autor, têm um dinamismo maior e mais intenso. Esse procedimento é um instrumento operacional de análise que serve para considerar certas diferenças entre as sociedades humanas, dado que tal método congela suas interações e seu movimento histórico. Para um maior detalhamento da questão, ver: LÉVI-STRAUSS nos 90, volta ao passado. *Revista Mana*, v. 4, n. 2, p. 107-117, 1998.

<sup>7</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1975, p. 35-36.

<sup>8</sup> LÉVI-STRAUSS, op. cit., 1975, p. 37-38.

várias críticas aos tipos de pesquisa que visavam a estudar as sociedades do passado, no início do século XX, ainda acompanhando procedimentos do XIX, também entre historiadores ocorreram revisões, em especial sobre aqueles métodos das escolas “histórica alemã” e “metódica francesa”, porque em ambos os casos existiam “projetos políticos” e “intelectuais”, que visavam a conquistar os espaços universitários e institucionais, até aquele momento sob o domínio da história dos eventos políticos, representada pelos “metódicos” (ditos pejorativamente “positivistas”).

Fernand Braudel, na sua aula inaugural ao Collège de France, em 1950, intitulada *As responsabilidades da História*, ofereceu um painel sobre as circunstâncias e o clima amistoso vivido então pela historiografia francesa, nas primeiras décadas do século XX:

As grandes catástrofes [fala das guerras mundiais] não são seguramente as anunciadoras infalíveis das revoluções reais, e constituem sempre uma intimação a ter que pensar, ou melhor, repensar o universo (...). Todas as ciências sociais, inclusive a história, evoluíram semelhantemente, de maneira menos espetacular, mas não menos decisiva. Um novo mundo, por que não uma nova história? (...) Assim não mais cremos na explicação da história por este ou aquele fator dominante. Não há uma história unilateral. Não a dominam exclusivamente, nem o conflito das raças cujos choques ou acordo teriam determinado todo o passado dos homens; nem os poderosos ritmos econômicos, fatores de progresso ou de ruína; nem as constantes tensões sociais; nem esse espiritualismo de Ranke pelo qual se sublinham, para ele, o indivíduo e a vasta história geral (...). O homem é complexo de outro modo<sup>9</sup>.

No século XVIII, não houve debates entre historiadores e sociólogos por razões óbvias – tanto a História como a Sociologia ainda não existiam enquanto campos autônomos de ensino e pesquisa. Ainda que o século XIX seja costumeiramente definido como o “século da história”, isto é, como o período em que não apenas houve a definição de procedimentos de pesquisa, a inauguração de periódicos, a abertura de cursos universitários, cadeiras e campos de pesquisa em universidades européias e americanas, e um distanciamento sobre o que havia sido definido como crônica de época (ou histórica), mas enfim, um período em que a maior parte das “Ciências Humanas” pensou seus respectivos objetos com o apoio (fundamental) da História (e no estudo do passado). Todavia, nas primeiras décadas do século

---

<sup>9</sup> BRAUDEL, F. Posições da história em 1950. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 18-22.

XX, definindo-se como “científicas”, com uma nova geração de teóricos sociais, as “Ciências Humanas e Sociais” se afastam dos estudos históricos<sup>10</sup>. “No início do século XX, as ciências sociais são uma novidade na ordem do saber”<sup>11</sup>, diz José Carlos Reis. Para Jacques Revel,

Na geração seguinte, o modelo tinha mudado. Já se insistiu no facto de por volta de 1930 e durante trinta anos, o campo das ciências sociais em França se ter reorganizado em torno da História. Mas o que mais nos interessa aqui, é que o referente fundamental já não é um método, mas um objecto: o homem (...). A unidade do campo coloca, agora, do lado do apreendido objecto diversas práticas científicas, objecto supostamente comum e sobre o qual se funda a possibilidade de uma investigação colectiva. O modelo de troca e de circulação interdisciplinar deixa assim de ser aqui o de uma normatividade metodológica para se tornar no empréstimo conceptual ou factual. As práticas científicas já não têm que se alinhar umas com as outras mas sim que capitalizar um fundo comum onde cada um vai buscar provisoriamente o que lhe serve<sup>12</sup>.

Assim, saindo de um lugar secundário, ganham fôlego (por motivos acima mencionados), a partir da década de 1930, análises que têm como base o “econômico” e o “social”. Essas análises se tornaram uma referência, não apenas na França – onde tiveram grande repercussão nos “estudos históricos” com a renovação historiográfica que teve como “carro chefe” o periódico de Lucien Febvre e Marc Bloch –, mas também progrediram na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e nos Estados Unidos, enquanto lugares produtores e divulgadores, pois não foi apenas nesses países que novas abordagens sobre o passado surgiram, como forma de reação a abordagens anteriores, e como uma maneira de estudar de modo mais direto todo agir humano, não só aquele produzido pelos “grandes homens”<sup>13</sup>.

Portanto, foi a partir dessas “transformações mundiais” que se tornou viável o desenvolvimento da “história econômica e social”, entre as décadas de 1930 e 1950; aparecendo, no entanto, simultaneamente com outras abordagens. Assim, como deveria ser escrita a história da sociedade? Para Eric Hobsbawm, seria necessário saber que a história social “tem como uma de suas dimensões o tempo cronológico real”. A história social seria a história de “unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos”;

---

<sup>10</sup> Cf. BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Edunesp, 2002.

<sup>11</sup> REIS, J. C. *A escola dos Annales*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 37.

<sup>12</sup> REVEL, J. *História e Ciências Sociais: os paradigmas dos Annales*. In: \_\_\_\_\_. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 37-38.

<sup>13</sup> Cf. SILVA, R. F. *História da historiografia*. São Paulo: Edusc, 2001.

sendo, por fim, preciso constituir “se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelo menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese de trabalho sobre o que constitui o nexo central ou complexo de conexões de nosso tema, ainda que, naturalmente, essas coisas impliquem um modelo”<sup>14</sup>.

Naquele momento, início da década de 1970, quando Eric Hobsbawm<sup>15</sup> escreveu o texto, estaria entre os tópicos ou complexo de questões mais trabalhadas: a) demografia e parentesco; b) estudos urbanos, na medida em que estes se incluíam em nosso campo; c) classes e grupos sociais; d) a história das “mentalidades”, ou consciência coletiva, ou da “cultura” na acepção dos antropólogos; e) a transformação das sociedades, em que se incluíam, por exemplo, a modernização ou industrialização; f) e os movimentos sociais e fenômenos de protesto social. Evidentemente, cada um daqueles tópicos se encontrava, no período, em processos diferenciados de desenvolvimento. Ao estudar uma parte da produção historiográfica das universidades norte-americanas, Robert Darnton<sup>16</sup> complementou as observações de Eric Hobsbawm, na medida em que procurou recensear os tópicos trabalhados em história social e sua evolução nas pesquisas produzidas entre as décadas de 1950 e o final da de 1970 nos Estados Unidos.

Nesse sentido, busca-se, aqui, estudar o que foi, para Fernand Braudel, a “história total” (ou “geral”), na forma como aparece em seus textos, no período de 1949 a 1958, com vistas a apreender qual o espaço e o tempo que circunscreveriam aquela História. Segundo Peter Burke, “Fernand Braudel costumava chamar de ‘história total’ – não uma análise do passado que cuide de todos os pormenores, mas sim que ressalte as relações entre campos distintos da empresa humana”<sup>17</sup>.

Em geral, a história da historiografia supõe que cada “ator social” passa por etapas sucessivas de desenvolvimento<sup>18</sup>. No caso de Fernand Braudel, ainda não existe um consenso relativo nas opiniões e pesquisas, mas agrupando-as podemos identificar, ainda que não de forma sistemática: a) uma fase de percepção do mundo rural francês, de 1902 a 1908, em que as circunstâncias lhe permitiram captar os modos

---

<sup>14</sup> HOBBSAWM, E. Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 93.

<sup>15</sup> Cf. HOBBSAWM, op. cit., 1998, p. 83-105.

<sup>16</sup> DARNON, R. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 175-197. Márcia D'Aléssio e Maria de Lourdes Janotti (1993, 1996) fizeram o mesmo para os estudos históricos no Brasil, mas priorizando o retorno, sob novas perspectivas, da história política, para o período de 1984 a 1995.

<sup>17</sup> BURKE, op. cit., 2002, p. 8.

<sup>18</sup> BENOIT, L. *Sociologia comtiana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso, 1999.

de vida rural e urbano no seu cotidiano, enquanto a historiografia especializada compunha aqueles painéis por meio de pesquisas<sup>19</sup>; b) uma fase de formação escolar, de 1909 a 1925, na qual houve uma expansão nas perspectivas de apreensão do social, e em que a projeção do tempo e do espaço vão se definindo e o aproximando da História e da Geografia<sup>20</sup>; c) uma fase de intercâmbios culturais, por meio de sua experiência como professor visitante, entre 1926 e 1937, em diferentes países, como a Argélia e o Brasil, onde capta a pluralidade de tempos que envolvem cada espaço social<sup>21</sup>; d) a fase de encontro com a História e a Geografia, a partir da sistematização de suas pesquisas sobre o mundo e o Mar Mediterrâneo, no período de 1938 a 1948<sup>22</sup>; e) a fase dos debates e do desenvolvimento dos “projetos políticos” e “intelectuais” do autor, de 1949 a 1968, à frente do grupo dos *Annales* e de outras instituições universitárias na França<sup>23</sup>; f) e, por fim, uma fase de revisão da formação pessoal e das críticas a sua obra, entre 1969 e 1985, que perpassou o restante de sua vida<sup>24</sup>.

Para Carlos Antonio Aguirre Rojas<sup>25</sup>, por exemplo, a trajetória intelectual de Fernand Paul Braudel (1902-1985) seria marcada por diferentes fases. A primeira corresponderia aos “elementos formativos” e iria de 1902 a 1927, quando o biografado, que foi um homem de fronteira, obteve a sua formação escolar, com uma infância camponesa e uma adolescência parisiense. A segunda, entre os anos de 1927 e 1937, quando esteve lecionando na Argélia e depois no Brasil. A terceira perpassaria de 1937 a 1949, e circunscreveria o período de retorno à França, aos anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que esteve como prisioneiro de guerra, depois a defesa (1947) e a

---

<sup>19</sup> BRAUDEL, F. Minha formação de historiador. In: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 3-31; DAUX, P. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>20</sup> DAUX, op. cit., 1999; DOSSE, F. *A história em migalhas*. São Paulo: Edunicamp; Ensaio, 1994.

<sup>21</sup> DOSSE, op. cit., 1994; AGUIRRE ROJAS, C. A. *Braudel y las ciencias sociales*. Barcelona: Montesinos, 1996.

<sup>22</sup> DOSSE, op. cit., 2001, p. 151-172; BURKE, op. cit., 2002.

<sup>23</sup> LACOSTE, I. (org.) *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus, 1989; REIS, J. C. *Nouvelle histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994; BURKE, P. *A escola dos Annales*. São Paulo: Edunesp, 1997; AGUIRRE ROJAS, C. A. El legado de los Annales braudelianos: 1956-68. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 3, p. 17-42, 1995; LOPES, M. A. (org.) *Fernand Braudel tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>24</sup> DAUX, op. cit., 1999; LACOSTE, op. cit., 1989.

<sup>25</sup> Cf. AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Braudel, o mundo e o Brasil*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003. O autor prossegue essa discussão na obra *Fernand Braudel e as ciências humanas*. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: Edel, 2003.

publicação (1949) de sua tese *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. A quarta fase se estenderia de 1949 até 1963, quando escreveu diversos artigos metodológicos e ocupou as principais posições institucionais das universidades francesas e da revista *Annales*. O quinto período descrito pelo autor se estenderia de 1963 a 1979, época em que se ocupou de sua segunda grande obra, *Civilização material, economia e capitalismo*. Por fim, estariam os anos de 1979 a 1985, com seu projeto inacabado de escrever uma História da França e a escrita de seus últimos artigos. O livro de Aguirre Rojas é uma bela contribuição para a compreensão da trajetória intelectual de Fernand Braudel, ainda que não se dedique com mais afinco às disputas pelo poder travadas entre o biografado e Claude Lévi-Strauss, primeiro no Brasil e depois na França, e em fins dos anos de 1950, após a morte de Lucien Febvre, com Robert Mandrou, em função da disputa entre ambos pela direção da revista *Annales*. Ou mesmo os debates do autor com intelectuais brasileiros, nos anos de 1930, como Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior (naquele momento, ainda preocupados com o estudo dos “grandes homens”), em que o biografado já argumentava “novos” caminhos para a escrita da história (pautando-se nas contribuições de H. Pirrene, L. Febvre e M. Bloch).

Evidentemente, a esquematização que se apresenta é meramente didática. Ela não forma um todo estático, porque foram dinâmicas as etapas da formação e da trajetória intelectual de Fernand Braudel, algumas vezes até se cruzando uma fase com a outra. Por outro lado, os períodos foram mais complexos do que se apresentam à primeira vista<sup>26</sup>, como apontado acima. Embora a trajetória intelectual de Fernand Braudel houvesse sido muito estudada, há ainda poucas pesquisas sobre o período que esteve no Brasil e os possíveis diálogos que manteve<sup>27</sup>. Daí a hipótese que se levanta, de que, no período de 1935/7 a 1958, F. Braudel passou do debate com a historiografia francesa “metódica” (dita “positivista”) para as “ciências sociais”, à medida que desenvolvia uma abordagem geo-histórica sobre o passado e a reformulou como um “projeto político” e “intelectual”, com vistas a apreender o método da antropologia estrutural, para a História na década de 1950. Qual o contexto social em que surgiu o pensamento de Fernand Braudel? Como produziu sua interpretação de uma possível “história total”? Essas foram as questões que balizaram as reflexões que abaixo serão encaminhadas.

---

<sup>26</sup> AGUIRRE ROJAS, op. cit., 1995, p. 17-42.

<sup>27</sup> Uma discussão promissora sobre essa questão foi organizada na obra: LOPES, M. A. (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Para tanto, buscou-se apoio em Michel de Certeau<sup>28</sup>, para quem existe em cada autor um processo de formação e desenvolvimento de uma “operação historiográfica”, que baliza as análises do passado, ao exercer seu ofício de historiador, conforme três componentes que se articulam: a) um “lugar social”; b) uma “prática”; c) e uma “escrita”. Para este, cada historiador traz associada a sua profissão as circunstâncias sociais de uma história particular, que se mescla aos questionamentos que virá fazer com que problematize e pesquise o passado. Por isso mesmo, ele não fala de um lugar qualquer, e apenas por meio de livros, mas exerce seu ofício de um lugar institucional definido, um instituto de pesquisa, uma universidade, um museu, e aquele “lugar social” a que fizer parte, indissociavelmente irá influenciar em sua escrita. De fato, a prática de um historiador, o “fazer história”, se inscreve em um espaço e um tempo delimitado. E essa “prática” se limita e se move sobre a época em que cada historiador viveu. Junto com o “lugar social” de onde exerce sua profissão e elabora seu discurso, há uma determinada “prática”. Tal “prática” permite ao historiador desenvolver um estilo, uma forma específica de se comunicar com o passado, por meio de uma “escrita”. Sua “escrita” é definida, em seu questionamento com as fontes e com o “lugar social” de onde dialoga. É dentro dessas circunstâncias sociais, segundo Certeau, que a História e a historiografia se convertem em um relato “científico”, porque institucionalizado e aceito pelos “pares”; e artístico, porque imaginativo, em cada historiador.

## **FERNAND BRAUDEL NA HISTÓRIA, E A (ESCRITA DA) HISTÓRIA DE BRAUDEL (1902-1985)**

Fernand Paul Braudel nasceu “entre Champagne e Barrois, num vilarejo que hoje [1972] tem uma centena de habitantes e que, na época (...) contava quase o dobro”<sup>29</sup>, sob o nome de Luméville-en-Ornois, no Meuse, em 24 de agosto de 1902, e veio a falecer em Cluses, no Haute-Savoie, a 27 de novembro de 1985, aos 83 anos de idade. Seus pais eram Charles Hilaire Braudel (1878-1927), professor de matemática, e Louise Fallet, costureira e dona de casa<sup>30</sup>. Do lado paterno, de seus avós Emile Braudel-Cornot e Jules Braudel, recebeu toda uma tradição de história rural francesa, ligada à vida de moleiros, soldados, carpinteiros, sitiantes, capitalizando uma formação campestre, decisiva

---

<sup>28</sup> CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-122.

<sup>29</sup> BRAUDEL, op. cit., 2002, p. 4.

<sup>30</sup> DAUX, op. cit., 1999.

para os seus questionamentos futuros, ligados à geografia e à história, segundo alguns<sup>31</sup>; e o fato de ter vivido a infância, até os sete anos de idade, com os avós, lhe permitiu reconhecer peculiaridades no espaço e no tempo, segundo outros<sup>32</sup>. Do lado materno, de seus avós, Louis But ou Buttet (conforme a sua certidão de nascimento) e a Sr.<sup>a</sup> Fallet, não houve quase lembranças, até em função da ausência da mãe na sua infância<sup>33</sup>. Se por um lado, o pai muito pouco participava de sua formação, pois estava sempre preso aos compromissos institucionais, por outro ficou em suas lembranças, das poucas vezes que esteve com o pai, a posição anticlerical; da parte de sua mãe, formada em escolas religiosas, a religiosidade foi marcante. Com os pais, muda-se aos nove anos para Paris, onde cursou a Escola Comunal do Boulevard de Belleville 77 e, “mais adiante, entra para o liceu Voltaire, onde faz tranqüilamente toda a carreira de aluno secundário [1913-1920]”<sup>34</sup>. Concluiu seus estudos superiores no início da década de 1920. Como professor freqüentou escolas secundárias em Paris, inicialmente, e por duas vezes lecionou em universidades da Argélia (primeiro em Constantina e depois em Argel, locais onde conheceu o Mar Mediterrâneo), sendo um dos períodos de outubro de 1926 a 1932, com um interregno entre 1925 e 1926, para o serviço militar obrigatório, prestado na Alemanha<sup>35</sup>. Casou-se com Paulette Braudel nesse período. Entre 1935 e 1937 esteve no Brasil, ministrando aulas no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1937, tornou-se diretor de estudos na IV Seção de Ciências Históricas e Filológicas da Escola Prática de Altos Estudos, em Paris. A partir de 1946 foi um dos responsáveis pela revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, fundada em janeiro de 1929 (como *Annales. Histoire Économique et Social*), por Marc Bloch e Lucien Febvre, ao último dos quais sucede, em 1950, no Collège de France, e em 1956, na presidência da VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos, onde estimula o diálogo inovador da História com as Ciências Sociais. Em 1962 foi nomeado diretor do Museu de Ciências do Homem. Deixou em 1968 a direção do periódico, que ficou a cargo de uma direção colegiada, presidida, dentre outros, por Jacques Le Goff, Emmanuel L. R. Ladurie, Marc Ferro e André Burguière.

De sua vasta obra, vale destacar a tese de doutoramento

---

<sup>31</sup> Cf. DAUX, op. cit., 1999.

<sup>32</sup> Cf. DOSSE, op. cit., 1994.

<sup>33</sup> Cf. BRAUDEL, op. cit., 2002, p. 3-31; DAUX, op. cit., 1999.

<sup>34</sup> DAUX, op. cit., 1999, p. 35.

<sup>35</sup> VIEIRA, R. L. *Fernand Braudel: reconstrução historiográfica do capitalismo*. Assis, 2002. Tese de doutorado em História, UNESP, 22.

defendida na Sorbonne, em 1947, e publicada em 1949, sob o título de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. Esse trabalho, que tornou Fernand Braudel internacionalmente conhecido<sup>36</sup>, uma vez que aprofundava os debates entre a História e as Ciências Sociais, efetuados na França, em especial, no grupo dos *Annales*, a que estava filiado desde o início, e abria novos caminhos para o estudo regional e continental, sob a perspectiva de tempos simultâneos, que se complementavam na abordagem de acontecimentos, conjunturas e estruturas. Sobre isso, diz Pierre Daux:

Notemos aqui duas coisas. Primeiro, que foram as relações especiais verificadas na França, já no fim do século XIX e no início do XX, entre uma nova Geografia e uma nova História que conferiram relevância intelectual a esta “linhagem campesina”, de Vidal de La Blanche a Marc Bloch [Lucien Febvre e Fernand Braudel]. Depois, a especial proximidade entre Febvre, nascido no Franco-Condado (em Nancy) e o Loreno que ele [Braudel] se considera (...). Filiação à mesma região fronteiriça, mais que a uma mesma terra natal...<sup>37</sup>.

De sua autoria também se inscrevem *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XIV a XVIII*, publicada em três volumes entre 1975 e 1979 (que na verdade foi uma revisão e um aprofundamento de *Civilização Material e Capitalismo*, de 1967; e *A dinâmica do Capitalismo*, de 1977, comporia a síntese da trilogia), e *A identidade da França*, publicada também em três volumes como obra póstuma e inacabada, em 1985, a qual dedicou aos avós paternos, por terem lhe “ensinado a amar aquela terra”, ou mais precisamente, “para minha avó, Emile Cornot [Braudel], luz de minha infância”<sup>38</sup>. Além destes trabalhos monográficos, Fernand Braudel publicou pesquisas (antes publicadas em revistas especializadas na forma de artigos) no formato de livros, e parte de seus cursos, como: *Gramática das Civilizações*, de 1966/7. Tanto *Escritos sobre a História I e II*, de 1969 e 1990 (o segundo prefaciado por sua esposa), foram organizadas por colegas do autor da França e da Itália, que selecionaram artigos que havia publicado em revistas especializadas de vários países. Evidentemente, sua obra ainda compreende um grande número de trabalhos, alguns até inéditos, que aqui não seria possível catalogar, a exemplo da vasta documentação, dele e sobre ele existente, na forma de correspondências, relatórios, discursos e manuscritos.

---

<sup>36</sup> BURKE, op. cit., 2002, p. 211-213.

<sup>37</sup> DAUX, op. cit., 1999, p. 27.

<sup>38</sup> BRAUDEL, F. *A identidade da França*. São Paulo: Globo, 1989, p. 10.

## NO BRASIL: EM BUSCA DA HISTÓRIA, EM BUSCA DA GEOGRAFIA

Quando estive no Brasil, entre 1935 e 1937, então como professor visitante na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ministrando a disciplina de História das Civilizações, F. Braudel já trazia uma considerável experiência com a documentação que formaria a sua futura tese de doutoramento, defendida na Sorbonne em 1947. A tese havia ficado sob os cuidados de Lucien Febvre, que conheceu pessoalmente, provavelmente em 1932, na casa de Henri Hauser; reencontrou-o noutros locais, inclusive numa de suas viagens entre o Brasil e a França, em 1937<sup>39</sup>.

Na cadeira de História da Civilização, Emile Coornaert<sup>40</sup> foi o primeiro a ministrar a disciplina. Vindo da França, permaneceu no Brasil apenas em 1934. Quando chegou ao Brasil, já tinha uma experiência com o ensino universitário na França. Provavelmente a contribuição deste não tenha sido tão marcante para a História, como Pierre Deffontaines foi importante para a Geografia nessa instituição. E isso porque Emile Coornaert, ainda que lembrado como pioneiro, não era referido como um inaugurador dos “estudos históricos nacionais” em bases institucionais “novas”, na década de 1930, pelos ex-alunos e professores, que o conheceram no período. A lembrança de ex-alunos e professores, que tiveram aula com ele, relatavam apenas a renovação nos procedimentos metodológicos e nos temas e assuntos debatidos na disciplina. Quem foi lembrado, como sendo o inaugurador da pesquisa e do ensino universitário de História no Brasil, talvez por ter se tornado “o grande historiador do século XX”, nas palavras de Fernando Novais<sup>41</sup>, era Fernand Braudel<sup>42</sup>. Fato marcante, que não se explica apenas

---

<sup>39</sup> VIEIRA, op. cit., 2002, p. 26.

<sup>40</sup> Não ficou registrado na Faculdade de Filosofia nem o “curriculum vitae” de Emile Coornaert.

<sup>41</sup> Fernando Antônio Novais (entrevista). In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 119-144; NOVAIS, Fernando Antônio. Braudel e a “missão francesa”. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161-166, 1994.

<sup>42</sup> Para uma análise do curso de História e Geografia nesse período, ver: ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação [Mestrado em História] – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista; ROIZ, Diogo da Silva. *Estrutura e funcionamento do regime de cátedras no curso de Geografia e História na FFCL/USP entre 1934 e 1956*. *Revista Estudos de História*. Franca, v. 11, n. 2, p. 159-189, 2004. Para uma análise da “missão francesa” no Brasil nesse período, ver: MASSI, Fernanda P. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. Dissertação [Mestrado em História] – IFCH/UNICAMP, Campinas; PETITJEAN, Patrick. *As missões universitárias francesas na*

porque Braudel tenha se tornado “o grande historiador do século”, mas também por ter feito na universidade, durante o período em que esteve à frente da cadeira de História das Civilizações, “laços de amizade” duradouros, com alunos e professores, a exemplo de Eurípides Simões de Paula, Alice Piffer Canabrava, Eduardo D’Oliveira França e Branca da Cunha Caldeira, com os quais manteve uma considerável correspondência ao longo de sua vida profissional<sup>43</sup>.

Para Fernanda Massi, “a etapa brasileira, ao lado da experiência africana, corresponderam ao período de formação do historiador, de idealização e amadurecimento de um projeto – escrito durante um outro ‘exílio’ e publicado bem depois – que foi a tese sobre o Mediterrâneo”<sup>44</sup>. Mas, no momento em que esteve no Brasil, ainda não havia desenvolvido completamente a sua abordagem sobre as sociedades do passado, com a metodologia dos “três tempos”, que perpassariam simultaneamente os homens e as sociedades.

No relatório que Braudel apresentou ao conselho daquela Faculdade, no final de 1935, já indicava algumas das indagações que o instigavam a questionar procedimentos de pesquisa da “escola metódica francesa” e da “escola histórica alemã”, porque se mantinham limitados sobre o enfoque das ações dos homens próximos ao Estado, e assim se deixava em segundo plano a dinâmica social e econômica das sociedades do passado. Em artigo publicado na imprensa paulista em 1936, depois reproduzido em periódicos da instituição, avança com aquela crítica, que percorria ainda as propostas de historiadores brasileiros, dentre os quais Afonso de Taunay, que discutiremos a seguir. Nas palavras de Braudel:

Imaginal que na Europa, na velha Europa um historiador proceda a estudos familiares a [exemplo de] meu ilustre colega professor Taunay e queira apresentar um esquema das bandeiras [como elaborada por este

---

criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M.; PETITJEAN, P. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996, p. 259-330.

<sup>43</sup> Não há aqui a possibilidade de detalhar toda a correspondência mantida entre eles. No entanto, vale aqui destacar duas destas cartas: uma de Fernand Braudel enviada a Eurípides Simões de Paula em fevereiro de 1938, na qual recomendava o professor Jean Gajé para assumir o seu lugar na universidade e solicitava de Eurípides o envio de notícias sobre a universidade e sobre Eduardo França, e dando notícias de Branca Caldeira, que se encontrava na França. Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, vinculado à Universidade de São Paulo (CAPH/USP), no Arquivo do Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula (AESP), n. 2435, cx. 28; outra de Eurípides a sua primeira esposa, Isabel, em 25 de fevereiro de 1945, na qual dava notícias sobre a guerra e recomendava que pendurasse o seu retrato ao lado do de Braudel e do de Gajé, que se encontravam em seu escritório. CAPH/USP, AESP, n. 1941, cx. 23.

<sup>44</sup> MASSI, op. cit., 1991, p. 211.

professor para o Brasil] (...). Imaginai (...) que ele se esqueça do cenário brasileiro (...). Terá ele, assim, apresentado a verdadeira imagem dessa luta grandiosa contra a distância, contra o espaço, contra as forças hostis da natureza selvagem? E a vida dos seres também, isto é, sua imagem viva, a dos seres coletivos como a dos indivíduos de uma raça especial que se chama de grandes homens? (...) Há um problema difícil para o historiador na questão dos grandes homens. Não falta quem aponte a decadência do grande homem nos últimos anos. Como os historiadores raramente são homens eminentes e a eles tocando a tarefa de os julgar e mesmo de os criar, pela tendência com que se empresta aos outros a própria estatura, verifica-se uma obscura mas perpétua erosão do grande homem<sup>45</sup>.

No prefácio de 1946 à sua tese de doutoramento, Fernand Braudel revelava que havia iniciado a pesquisa em 1923 “adaptando a forma, clássica e certamente mais prudente”, em função do tipo de exigências cobradas pelas universidades francesas daqueles anos de 1920 e 30. Ao aprofundar suas pesquisas, notou os limites desse procedimento, ao captar e estudar as sociedades do passado, porque estava apenas preocupado com a abordagem política, descrevendo os acontecimentos e deixando, por isso, de lado todo um conjunto de movimentos, que se desdobravam na economia, na cultura, na religião, na organização social, institucional e espacial. Para ele,

A tentativa de encarar a história do Mediterrâneo na sua complexa globalidade impunha que seguisse a senda desses pioneiros, e, aproveitando a sua experiência [de M. Bloch, L. Febvre, H. Pirenne, E. Labrousse, etc.], militar com eles por uma nova forma de história, repensada e elaborada por nós, mas capaz de transpor as nossas fronteiras; uma história consciente das suas tarefas e responsabilidades, e também desejosa, porque obrigada a romper com elas, de pôr termo às formas antigas, ainda que nem sempre com total justiça!... E a ocasião era boa, pois tratava-se de estudar uma personagem fora de série, aproveitando-lhe a complexidade, dificuldade, armadilhas e vigor para tentar fazer uma história distante da que os nossos mestres ensinavam.<sup>46</sup>

Nesse prefácio, demonstrou de forma retrospectiva as intenções que já tinha na pesquisa na década de 1930, e que “as suas grandes linhas estavam já fixadas, para não dizer inteiramente expressas em texto definitivo, em 1939, no termo da primeira juventude dourada dos

---

<sup>45</sup> BRAUDEL, F. *Pedagogia da história*. *Revista de História*. São Paulo, v. 11, n. 23, p. 3-21, jul.-set. 1955, p. 8-9.

<sup>46</sup> BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 2v., p. 24.

*Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre, de que é fruto directo”<sup>47</sup>. Para ele, todas as ações humanas constituiriam atitudes definidas e limitadas pelo tempo lento e quase imóvel das estruturas geo-históricas, e assim, qualquer tipo de registro que não se perdeu, proporcionaria as fontes para o estudo e a composição dos painéis históricos e geográficos das sociedades passadas. Para ele, a história estaria nas relações que os homens exerceriam em sociedade, segundo as circunstâncias a que o seu meio geográfico e social lhes possibilitassem em cada momento. Assim, foi em meio a essas diferentes experiências, que tentou inovar a “escrita da História”. Diz ele:

Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual. Ou se preferirmos ainda, a decomposição do homem num cortejo de personagens. É talvez isso o que menos me perdoarão, mesmo se afirmo que os cortes tradicionais fracionam, também, a história viva e estranhamente una, mesmo se afirmo contra Ranke ou Karl Brandi, que a história relato não é um método ou o método objetivo por excelência, mas antes uma filosofia da história<sup>48</sup>.

Portanto, foi no período em que estive no Brasil que Fernand Braudel provavelmente reviu seu posicionamento diante da historiografia oitocentista<sup>49</sup>. Nesse sentido, observar suas discussões com Claude Lévi-Strauss e Afonso de Taunay é importante para captar parte dos questionamentos levantados por Braudel sobre a “escrita da história”, na questão dos “grandes homens”. Voltando ao relatório de 1935, como se não bastasse a apresentação de um programa de ensino, articulando os períodos e eventos históricos, do passado (distante) ao presente, também havia constatações sobre a formação que vinham recebendo os alunos do curso de Geografia e História. Constatava entre os desafios a necessidade de fluência em idiomas estrangeiros, para possuírem uma leitura diversificada sobre a História e as “ciências sociais”, e assim estarem mais bem preparados para a (re)descoberta dos arquivos nacionais (muitos dos quais, naquela época, ainda inéditos para a pesquisa histórica).

---

<sup>47</sup> BRAUDEL, op. cit., 1983, p. 27.

<sup>48</sup> BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 15.

<sup>49</sup> Para maior aprofundamento sobre essa questão, ver: LIMA, L. C. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. Brasília, 2004. Tese [Doutorado em História] – 2004.

O historiador não sente todos os dias necessidade de definir a sua disciplina, a sua exata posição no campo geral da vida intelectual: outros se encarregam disso, não o fazendo sempre de boa fé, ou, o que é a mesma cousa, com competência (...). Só as ciências sociais, nascidas ontem ou que vão nascer amanhã, é que se procuram definir... No caso delas trata-se da justificação espiritual do seu nascimento; querem viver e é preciso que excluam as outras das suas novas possessões... Não receberam essas ciências, como a História, esta herança secular, este império, estas colônias, todas essas riquezas que tendem menos à ação que à tranqüilidade das velhas potências... Entretanto, simples seria definir qual a finalidade da história, tal como ela se afirma neste acervo de centenas de obras essenciais, aparecidas principalmente no curso dos últimos trinta anos, nas obras de um Henri Pirenne, por exemplo, para não citar senão um grande mestre e dos que já não vivem. A História é a mais antiga das ciências sociais, não a única, como bem se pode pensar. É a impotência do nosso espírito e não a dificuldade do objeto – que todavia tem a sua importância – que nos obriga a fragmentar a realidade. A cada ciência social pertence somente um fragmento de um espelho partido em mil pedaços. Existe, mas muito além das nossas possibilidades, esse espelho intacto em que a sociedade reflete a sua imagem móvel e total. Esta sociedade, objeto das nossas pesquisas, a economia política a estuda nas suas condições de vida material, a estatística sob o signo do número, a geografia no espaço, o direito sob o prisma das obrigações contratuais, a sociologia no seu mecanismo, a etnografia e a etnologia nas suas formas ainda balbuciantes... A História, na sua realidade de ontem... O historiador acrescenta assim à sua tarefa mais uma dificuldade. Os outros trabalham sobre o que é vivo, o que se vê, o que se mede; o historiador, sobre o que já não existe... e aí, embora lhe faltem dados, é a totalidade da vida social que ele procura e recompõe, sem ter à sua disposição, nem o objeto nem o espelho, um que já não existe, outro que não pertence a este mundo (...). Mas é para nós mesmos que trabalhamos, para atingir o nosso fim: a reconstrução das imagens do passado, a ressurreição das sociedades de outrora<sup>50</sup>.

De acordo com tal argumento, constatava então as diferenças entre a História (escrita em letra maiúscula, porque pensada integrada e no seu conjunto) e as “ciências sociais” (escrita em letra minúscula, porque já identificava nelas uma função, senão menor que a História, ao menos sem a capacidade de síntese, possível, para ele, somente na História), entre outras razões porque a primeira vinha de um passado com uma “herança secular”, sendo uma das “mais antigas ciências

---

<sup>50</sup> BRAUDEL, F. O ensino da História – suas diretrizes (Cátedra de História da Civilização). In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1935*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1937, p. 114-15.

sociais” e a que tinha a função de integração, embora “a impotência de nosso espírito e não a dificuldade do objeto (...) que nos obriga a fragmentar a realidade”, e assim por convenção “a cada ciência social pertenc[ia] somente um fragmento de um espelho partido em mil pedaços”<sup>51</sup>. Em outra passagem, apoiando-se em Henri Pirenne, comenta que “só há história dos grupos sociais, e deles devemos dar a história totalitária”. Neste ponto, impunha à História a função de conduzir “verificações gerais sobre a sociedade, marcando semelhanças através de acidentes particulares”<sup>52</sup>; uma função anteriormente registrada por Émile Durkheim (1858-1917) para a Sociologia na França<sup>53</sup>.

Para ele, além disso, a História se diferenciaria da Literatura, mas como “o romancista, o historiador cria a vida”<sup>54</sup>, ainda que a crie segundo um plano de “verdade”, e não simplesmente “imaginativo”. Nesse momento sua discussão ainda não é sistemática, nem engloba todas as “ciências sociais”. Apesar de estar trabalhando com Claude Lévi-Strauss, nesta instituição universitária, não nos restou o caminho de um possível diálogo já se iniciar, por meio da confrontação entre as disciplinas. Contudo, senão caminho, há uma brecha para alguns indícios. Claude Lévi-Strauss<sup>55</sup>, em seu relatório referente ao ano letivo de 1935 – entregue em 1936 àquela Faculdade – fez o percurso indicado por Braudel, qual seja, o de procurar justificar o ensino e a pesquisa sociológica, demonstrando a construção de seu objeto, o trato com as fontes, os procedimentos de análise e seu caráter “científico”. Todavia, para Lévi-Strauss, a Sociologia, naquele momento, ainda não teria atingido o estágio em que se encontrava a Psicologia (a partir dos anos de 1880). Nas palavras de Lévi-Strauss:

A Sociologia não nascerá de especulações metodológicas, mas da extensão dos resultados cientificamente válidos que o estudo das coletividades humanas tem fornecido até hoje. São os da arqueologia e da etnologia: uma entendendo-se com as sociedades como já desaparecidas, a outra com as sociedades como primitivas. Uma e outra, tal como a própria sociologia, realizando um estudo de *cultura*, isto é, dos modos de vida das coletividades humanas. Entendemos, com efeito, por cultura: a) um conjunto dado de gêneros de vida; b) distribuídos no

---

<sup>51</sup> BRAUDEL, op. cit., 1937, p. 114-115.

<sup>52</sup> BRAUDEL, op. cit., 1937, p. 116.

<sup>53</sup> MUCCHIELLI, L. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, p. 35-54, 2001.

<sup>54</sup> BRAUDEL, F. op. cit., 1937, p. 116.

<sup>55</sup> LÉVI-STRAUSS, C. A sociologia cultural e seu ensino (Cátedra de Sociologia). In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1935*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”, 1937, p. 167-176.

interior de uma área geográfica; c) (ela mesma determinada pela análise estatística da repartição dos traços); d) que possui uma continuidade espacial e temporal no interior da área; e) e apresentando por isso mesmo um caráter super-individual<sup>56</sup>.

Lévi-Strauss não demonstra discutir diretamente com Braudel naquele relatório. Se o fez foi circunstanciando autores e elegendo debates de forma indireta no texto. Em seu livro *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss diz:

Quando cheguei ao Brasil para participar dessa fundação, julguei – lembro-me ainda – a condição humilhante de meus colegas locais com uma compaixão um pouco arrogante. Ao ver aqueles professores miseravelmente pagos, obrigados, para comer, a fazer obscuros trabalhos, senti o orgulho de pertencer a um país de velha cultura onde o exercício de uma profissão liberal era cercado de garantias e de prestígio. Não desconfiava que, vinte anos depois, meus alunos necessitados de então ocupariam cátedras universitárias, às vezes mais numerosas e mais bem equipadas do que as nossas, servidos por bibliotecas como gostaríamos de possuir<sup>57</sup>. (...)

Nossos estudantes queriam saber tudo; mas, em qualquer campo que fosse, só a teoria mais recente parecia merecer-lhes a atenção. Fartos de todos os festins intelectuais do passado, que aliás só conheciam por ouvir dizer, já que não liam as obras originais, conservavam um entusiasmo sempre disponível pelos pratos novos. No caso deles, conviria falar mais de moda que de gastronomia: idéias e doutrinas não ofereciam, em seu entender, um interesse intrínseco, consideravam-nas como instrumentos de prestígio cujas primícias deveriam conseguir. Partilhar uma teoria conhecida com outros equivalia a usar um vestido já visto; expunham-se a um vexame. Em compensação, praticavam uma concorrência ferrenha às custas de muitas revistas de vulgarização, periódicos sensacionalistas e compêndios, para conseguir a exclusividade do modelo mais recente no campo das idéias. Produtos selecionados dos viveiros acadêmicos, meus colegas e eu mesmo muitas vezes nos sentíamos encabulados: criados para respeitar apenas as idéias maduras, ficávamos expostos às investidas de estudantes de uma ignorância completa quanto ao passado, mas cuja informação tinha sempre alguns meses de avanço em relação à nossa. No entanto, a erudição, da qual não tinham o gosto nem o método, parecia-lhes mesmo assim, um dever...<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> LÉVI-STRAUSS, op. cit., 1937, p. 168.

<sup>57</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. 7. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 97.

<sup>58</sup> LÉVI-STRAUSS, op. cit., 2007, p. 98-99.

Quanto a esse aspecto, a sua fala se aproxima muito da avaliação de Braudel, em seu relatório de 1935. Sobre os professores da “missão francesa”, assim se referiu Lévi-Strauss, numa entrevista a Didier Eribon:

Os professores formavam um pequeno grupo, mas é preciso esclarecer que esse grupo era muito centrífugo. Cada um de nós tinha a sensação de arriscar o sucesso ou o fracasso de sua carreira no Brasil. Então, cada um procurava cercar-se de uma corte que fosse exclusivamente a sua, e que fosse mais importante que a do vizinho. Era bem francês, bem universitário, mas, transportado para os trópicos, um pouco ridículo e não muito saudável<sup>59</sup>.

De acordo com ele, Braudel “nos tratava com certa superioridade”, em função de sua experiência com o ensino superior, mas nem por isso ele deixava de nos ajudar quando era preciso. Por outro lado, Braudel, ainda que também não indique discutir diretamente com Lévi-Strauss, já demonstra uma preocupação com o debate entre História e “ciências sociais”, na medida em que as “ciências sociais formam um bloco, uma coalisão. São solidárias. Será sempre útil ao historiador passar em revista os seus métodos, o seu espírito e os seus resultados. A etnologia, a sociologia, a economia política merecem sua atenção”<sup>60</sup>.

Se já nesse momento havia uma atenção deste pelos debates travados pelas “ciências sociais”, e a percepção que o historiador deveria ter sobre elas, na elaboração de seus procedimentos de pesquisa, existia também de sua parte a intenção de pensar a História, não apenas como “a história dos grupos sociais”, mas principalmente como a História que investigaria todas as ações humanas no tempo, integrando-as em um todo compacto e inteligível. Não era por acaso que já pensava em uma forma para investigar a História na sua totalidade. A totalidade entendida como “verificações gerais sobre a sociedade, marcando semelhanças através de acidentes particulares”. Assim foi que, enquanto trabalhava em sua tese de doutoramento, o autor dispensou especial atenção sobre a Geografia.

Por outro lado, é importante notar como Afonso d’Escragnoille Taunay, que foi professor na cadeira de História da Civilização Brasileira, entre 1936 e 1938, respondeu às indagações de Fernand Braudel transcritas acima. Para Taunay,

a história da civilização sob os moldes contemporâneos surgiu, por assim dizer, no século XIX (...) [mas já] não são [nas primeiras décadas do

---

<sup>59</sup> LÉVI-STRAUSS, C.; ERIBON, D. *De perto e de longe*. Tradução de Léa Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosic Naify, 2005, p. 40.

<sup>60</sup> BRAUDEL, op. cit., 1937, p. 118.

século XX] a história militar e a administrativa as únicas que interessam aos autores e ao público [brasileiro e de outros países]. Incumbem-se os monografistas de apresentar entre aqueles assuntos os da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e sobretudo os da história dos costumes (...). É o campo enorme e muito mal amanhado ainda. Nele imenso há o que descobrir e o que explicar (...). A descoordenação ainda é o característico do estado em que se acha a bibliografia relativa a estas especializações.<sup>61</sup>

Muito embora Afonso de Taunay<sup>62</sup> expressasse tal interesse, o programa de sua disciplina se mantinha ligado à questão das genealogias, da história do bandeirante paulista, com seu interesse voltado para o estudo dos “grandes homens”, com vistas a escrever uma história dos costumes. Quanto a esse aspecto, foi-lhe fundamental a leitura da obra *Introdução aos estudos históricos* (de 1898), marcante em vários momentos de sua carreira, e o contato constante com a historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX, que, conforme Karina Anhezini de Araújo, lhe teriam permitido ser “um metódico à brasileira”.<sup>63</sup>

Desse modo, vimos como a questão da “escrita da história” nos anos de 1930 esteve coberta por vários debates, muitos dos quais ainda pouco estudados. As discussões efetuadas entre Fernand Braudel e Afonso de Taunay são exemplos desse momento, mas infelizmente não houve troca de correspondência, ou um número maior de textos publicados pelos autores debatendo essa questão, o que melhoraria a compreensão desse diálogo indireto. As discussões entre Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss foram muito mais conhecidas e estudadas, e os textos, além de mais numerosos, traziam discussões diretas. Vimos, no entanto, que aquelas discussões não começaram nos anos de 1950, mas sim na década de 1930, quando ambos ainda eram “desconhecidos” e iniciavam suas descobertas. Vimos ainda, com as

---

<sup>61</sup> TAUNAY, A. E. A proposta do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*, p. 123.

<sup>62</sup> Para uma análise sobre as discussões a respeito do bandeirantismo, ver: FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante*. São Paulo: Edunesp, 2002. Para uma discussão sobre a trajetória intelectual de Afonso de Taunay, ver: ARAUJO, K. A. Fundamentos da escrita da história de Afonso de Taunay ou como se escrevia a história nas primeiras décadas do século XX. *Anais Complementares da XXIII Anpuh Nacional*. Londrina, 2005 (CD-ROM); ARAUJO, K. A. *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história: Afonso d'Escagnolle Taunay (1911-1929)*. Franca, 2003. Dissertação [Mestrado em História] – UNESP.

<sup>63</sup> Cf. ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese [doutorado em História] – FHDSS, Unesp.

discussões veladas entre Braudel e Taunay, que a história dos “grandes homens”, embora naquele momento ainda muito praticada no Brasil, já era consideravelmente criticada na Europa (e mesmo em algumas obras no Brasil), indicando as suas fragilidades metodológicas. E em seu lugar despontava a história econômica e social, como uma alternativa para analisar todo agir humano no tempo, ou de forma mais precisa, a ação das “massas anônimas”, até aquele momento, não estudadas pela pesquisa histórica.

Nesse sentido, foi ao passar por diferentes “lugares sociais” que Fernand Braudel começou a desenvolver sua abordagem sobre o estudo das sociedades do passado. Nesses diferentes “lugares sociais”, como a Universidade de São Paulo (1935-37 e 1948), a Escola Prática de Altos Estudos (a partir de 1937, como diretor de estudos), os campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, na Alemanha (entre 1940 e 1945), e na direção da revista *Annales* (como editor responsável a partir de 1946), que procurou dialogar com as “ciências sociais”, reformulando procedimentos de pesquisa para a História. Além de viver intensamente aquelas experiências, em alguns casos até traumáticas como as guerras, ele se moveu por diferentes instituições entre a Argélia, o Brasil e a França, lugares onde pôde perceber, não apenas as disputas institucionais pelo poder, mas também, e sobretudo, o movimento diferenciado do tempo histórico, a partir do que lhe demonstrava os “lugares sociais” dos quais fez parte nesse período (em meio às suas histórias particulares). Para tanto, a História e a Geografia foram fundamentais, pois lhe permitiram conduzir um estudo atento às formas como os homens e as sociedades incorporavam inovações, sejam tecnológicas ou institucionais, ao mesmo tempo em que refaziam as suas estruturas sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas. Por isso, foi a partir de sua estada no Brasil que pôde “chegar a uma certa concepção de história que eu não teria se tivesse ficado sempre próximo ao Mediterrâneo”. No Brasil todos “os problemas se colocaram de outra perspectiva: a elite, a classe inteligente, a luta de classes...”<sup>64</sup>.

## **DE VOLTA À FRANÇA, DO MODELO GEO-HISTÓRICO AO ESTRUTURAL: SERÁ UMA HISTÓRIA DAS ESTRUTURAS CONTRA A ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL?**

Até aquele momento, Fernand Braudel não havia sistematizado o seu “projeto político” e “intelectual” para aferir o passado. Embora já houvesse iniciado essa empreitada nos anos de 1930 e 40, foi como

---

<sup>64</sup> BRAUDEL, F. Entrevista. Apud VIEIRA, op. cit., 2002, p. 372.

participe de diferentes instituições, nos anos de 1950, que se projetou a sua iniciativa. Por um lado, foi (favorecido) com o trabalho em equipe, com outros historiadores e cientistas sociais, que viu ser possível a composição de um estudo integrado das sociedades e dos homens no tempo, de modo a se constituírem painéis, esboços de uma “história total”, e que viriam a se completar com os olhares de ontem, hoje e amanhã, conforme afirmava em sua aula inaugural no Collège de France em 1950:

Uma história nova só é possível pelo enorme levantamento de uma documentação que responde a essas novas questões. Duvido mesmo que o habitual trabalho artesanal do historiador esteja na medida de nossas atuais ambições. Com o perigo que isso pode representar e as dificuldades que a solução implica, não há salvação fora dos métodos do trabalho por equipes<sup>65</sup>.

Nos anos 50, por outro lado, as circunstâncias do pós-guerra fizeram explodir e se proliferar uma grande diversidade de pesquisas sobre o social, que objetivavam abordar o passado de forma demográfica, serial, e em alguns casos, com estudos que visavam a produzir uma história imóvel, em meio ao poder (a)temporal das estruturas, atribuído pela antropologia estrutural. “Essa pressão das ciências sociais sobre a história torna-se, então, muito forte e vai influir, de maneira decisiva, no discurso do historiador, portanto, no discurso dos *Annales*, o mais sensível aos questionamentos oriundos das disciplinas vizinhas”<sup>66</sup>, diz François Dosse. Assim, ao mesmo tempo em que foi um fator positivo, essa proliferação de pesquisas tornou ainda mais híbridas as abordagens da pesquisa histórica, sendo novamente alvo de questionamentos por parte das outras “ciências sociais” na França<sup>67</sup>.

Não será aqui possível reconstituir os caminhos desse complexo diálogo travado entre a História e as “ciências sociais” nos anos de 1950<sup>68</sup>, mas tão somente, se tentará esboçar um pouco do diálogo entre F. Braudel e C. Lévi-Strauss<sup>69</sup>. Para François Dosse,

---

<sup>65</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 26.

<sup>66</sup> DOSSE, op. cit., 1994, p. 106.

<sup>67</sup> DOSSE, op. cit., 1994; BURKE, op. cit., 1997.

<sup>68</sup> Para uma discussão do tema, ver: DOSSE, F. *O império dos sentidos*. Bauru: Edusc, 2003.

<sup>69</sup> Para um maior detalhamento da questão, ver: REIS, J. C. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994. Para uma discussão do tema na Antropologia, ver: ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. *História da Antropologia*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.

A história e a etnologia estão duplamente próximas pela sua posição institucional e pelos seus métodos [na França]. O campo de estudos de ambas é o *Outro*, seja no espaço, seja no tempo. A distinção essencial se situaria, portanto, entre uma ciência [dita] empírica, de um lado, e uma pesquisa [defendida como] conceitual, do outro (...). Durante esse período, Fernand Braudel é parceiro-adversário dos estruturalistas (...). A história, segundo o modelo da revista dos *Annales*, encontrou em Braudel alguém capaz de revitalizar e renovar a mesma estratégia, transformando a história na ciência que, apossando-se dos paradigmas das ciências humanas, seria capaz de confederá-las (...). A resposta de Braudel a Lévi-Strauss e às ciências sociais em geral não se limita a opor-lhes a longa duração como estrutura, mas consiste em pluralizar o temporal...<sup>70</sup>.

Por essa época, Fernand Braudel já era internacionalmente conhecido, em função de sua tese sobre o Mediterrâneo. Para tanto, estava, além disso, compromissado intelectual e politicamente com o estudo das *realidades sociais*:

Entendo por isso todas as formas amplas da vida coletiva, as economias, as instituições, as arquiteturas sociais, as civilizações enfim, sobretudo elas – todas as realidades que os historiadores de ontem, certamente, não ignoravam, mas que, salvo assombros precursores, viram com demasiada freqüência como um pano de fundo, disposto apenas para explicar, ou como se se quisesse explicar as ações de indivíduos excepcionais em torno dos quais o historiador se demora com complacência...<sup>71</sup>.

Um compromisso demonstrado em todos os pormenores de seu diálogo com as (outras) “ciências sociais”, para manter a posição alcançada pela História nas instituições francesas. “História e Ciências Sociais: a longa duração”, texto publicado em 1958, na revista *Annales*, revelava-se, assim, antes que uma sistematização teórica sobre o tempo histórico, como uma resposta à *Antropologia Estrutural*, também publicada em 1958 por Claude Lévi-Strauss<sup>72</sup>. Nessa obra, Lévi-Strauss sistematizou seus argumentos, demonstrando as fragilidades na pesquisa histórica produzida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com o objetivo de colocar a Antropologia como a mediadora central entre as “ciências sociais”. Mas, de acordo com ele,

---

<sup>70</sup> DOSSE, op. cit., 2001, p. 157 e 163.

<sup>71</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 25.

<sup>72</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires; revisão etnológica de Júlio César Melatti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

Não teria a pretensão de acreditar nisso [que o texto de Braudel de 1958 foi uma resposta direta a minha obra]. Imagino que ele tivesse motivos melhores. Admito, porém, que a preferência que a etnologia teve, em determinado momento, conseguiu preocupar os historiadores. Com alguns decênios de distância, reproduzia-se a situação de Lucien Febvre perante a escola de Durkheim. Em ambos os casos, a história conseguiu manter sua autonomia, enriquecendo-se com as contribuições de sua concorrente. (...) Numa primeira etapa, a escola dos *Annales* desviou-se da velha história, a dos cronistas e memorialistas, para interessar-se pelos movimentos profundos no domínio demográfico, econômico, ou no das idéias, enquanto os etnólogos tomaram caminho inverso [mas consideravelmente crítico à história oitocentista]...<sup>73</sup>

Por isso, será que o texto de Braudel foi uma proposta política e institucional para a História, da qual já vinha propondo como um projeto de pesquisas em equipe, desde, pelo menos, 1950? Para Ronaldo Vainfas, “Foi neste texto de 1958 que Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na historiografia francesa, relacionando as tenazes prisões da longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a noção de *estrutura* do antropólogo francês”<sup>74</sup>. François Hartog avança ainda mais sobre essa questão, na medida em que demonstra como se deram tais discussões desde os anos de 1940, quando Lucien Febvre ainda expunha seus combates. Por isso, de “Etnologia e História”, texto de 1949, para “História e Etnologia”, o último texto de Claude Lévi-Strauss publicado na revista *Annales* em 1983, segundo Hartog, teria havido tanto o reconhecimento da Antropologia para a História, quanto a contribuição da História para os estudos antropológicos<sup>75</sup>. Em suas palavras:

Estabelecer o quadro de meio século de divergências tem sua utilidade, mas ela é modesta. Apontar os conflitos de fronteiras, decifrar estratégias, trata-se do ordinário de uma história das disciplinas. Da sociologia à antropologia, de Durkheim, (...) a Lévi-Strauss, novo Durkheim, nós abarcamos um século de história da disciplina histórica e, mais amplamente, das ciências sociais. Apontar os quiproquós, assinalar a parte dos mal-entendidos e das incompreensões e, sobretudo, seus efeitos (...) é uma maneira, rápida, contudo, intelectualmente estimulante, de proceder! Quando as mesmas palavras são mobilizadas, mas entendidas diferentemente, quando são tomadas as mesmas metáforas,

---

<sup>73</sup> LÉVI-STRAUSS; ERIBON, op. cit., 2005, p. 175.

<sup>74</sup> VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 20.

<sup>75</sup> Cf. HARTOG, F. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. *Topoi*, UFRJ, v. 7, n. 12, p. 9-24, 2006.

mas remetem a significações e a práticas diferentes.

Os *escritos* sobre a história de Lévi-Strauss foram e são uma provocação à reflexão para os historiadores. (...) ele propôs os termos do debate e delimitou, por um tempo, o espaço da reflexão. (...) Sua estrutura, está claro há muito tempo, não é aquela dos historiadores. Dessa noção, eles fizeram um uso flexível, frágil, aproximativo, desastrado, eventualmente polêmico, quase sempre metafórico, mas também arguto, curioso, freqüentemente inventivo. Ela foi um recurso para considerar as fontes, inéditas ou renovadas, de outro modo, em outro lugar, com outras questões<sup>76</sup>.

E para atingir tais objetivos, Braudel estava entendendo por estrutura:

Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfacelar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (...) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade de quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração<sup>77</sup>.

Nesse sentido, a “longa duração” seria a unidade de medida, a base segundo a qual a História e as “ciências sociais” poderiam estabelecer um diálogo em comum, sobre o mesmo objeto de pesquisa: “os homens, e suas relações no tempo e no espaço”, enquanto em seu doutorado ele pensou um diálogo travado por meio de uma pluralidade temporal, em que contrapunha a História tradicional dos eventos e os estudos biográficos, a uma História alicerçada junto à Geografia, num tempo longo, com a Economia e a Sociologia, num tempo médio e conjuntural, numa dialética com a própria História dos eventos, curtos e rápidos, do tempo individual. Na década de 1950, seu diálogo se tornou mais complexo, pois, junto à Geografia, estabelece um intercâmbio com a Antropologia, para fundamentar sua definição de “longa duração”. Ao tempo conjuntural, de subidas e quedas de preços, reorganizações

---

<sup>76</sup> HARTOG, op. cit., 2006, p. 20-21.

<sup>77</sup> BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 49-50.

políticas, que fazia um diálogo com a Economia e a Sociologia, fundamenta-se também nas ciências biológicas e matemáticas. Ao tempo curto, quase efêmero de tão passageiro, ligado à História tradicional dos eventos, rearticula-o numa dialética, de um tempo simultâneo e complementar aos outros dois, por isso difícil de ser percebido, se visto apenas sob um enfoque, ou sob uma delimitação estreita, temporal e espacialmente.

Assim, enquanto Lévi-Strauss pensava “modelos (...) congelados na sua simplicidade, ao lhes dar valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável em todos os lugares, a todas as sociedades”<sup>78</sup>, diz Braudel, o historiador deveria pensar a dinâmica e as permanências das estruturas, entre as sociedades e os homens, no tempo e no espaço, de modo a melhor definir o seu movimento. E a “longa duração” poderia, para ele, muito bem conduzir esse percurso de olhares entre a História e as “ciências sociais”. Tanto assim que, em 1959, num texto em que procurava estudar a “história das civilizações”, disse:

Não se poderia hesitar quando está em causa a história da civilização, tomada não mais num de seus setores, mas no seu conjunto; vê-se mal, então, como ela poderia dissociar-se da história geral ou, como também se diz, global. Pois se a história da civilização se afirma geralmente como um ponto de vista simplificado, ela permanece sempre um ensaio de interpretação, de dominação da História: impede certas verdades e certos aspectos para o primeiro plano do palco, mas essas verdades e realidades se apresentam como explicações de conjuntos<sup>79</sup>.

De modo que, diferentemente dos autores do século XIX e início do XX, que buscavam fundamentar suas propostas políticas por meio de prescrições teleológicas (baseadas numa “filosofia da história”) sobre o futuro da humanidade, as “gerações” seguintes de historiadores e “cientistas sociais”, que apareceram nas primeiras décadas do século XX, começavam a contrapor àquelas perspectivas políticas a partir de projetos que possuíam sim fundamentos políticos, mas que rejeitavam veementemente qualquer tipo de “filosofia da história”<sup>80</sup>. Para tanto articulavam seus “projetos políticos” e “intelectuais” aos “lugares sociais” dos quais faziam parte. Melhor dizendo, integravam a sua produção de “bens simbólicos” (como: livros, artigos e teses) tal como define Pierre

---

<sup>78</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 76.

<sup>79</sup> BRAUDEL, F. A história das civilizações: o passado explica o presente. In: BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 237.

<sup>80</sup> Cf. LOPES, M. A. (Org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

Bourdieu<sup>81</sup>, aos locais institucionais onde trilhavam suas carreiras, aos cargos exercidos e aos grupos dos quais faziam parte. E isso dentro de uma dinâmica de grupo onde cada profissional procurava formar seus apontamentos, dentro do trabalho em equipe<sup>82</sup>. No caso de Fernand Braudel, como se procurou demonstrar, os seus caminhos não foram diferentes daqueles profissionais, até porque, no caso deste, já estava seguindo os caminhos abertos por M. Bloch e L. Febvre, a partir dos anos de 1930 e 1940.

## DO PÚBLICO AO PRIVADO: UMA DISPUTA PELO PODER?

No exercício de suas funções institucionais, Fernand Braudel, em não poucas ocasiões, teve que dispor de um “arsenal discursivo”, além de cultivar relações pessoais em torno dos “locais de sociabilidade” que foram se formando ao seu redor. Ocorre que muitas dessas mediações, que objetivavam, fundamentalmente, manter um “projeto político” junto ao periódico e as instituições acadêmicas que o circunscreviam, não se desenrolavam no espaço público, mas no interior do próprio grupo dos *Annales*. Foi o caso das discussões travadas entre Fernand Braudel e Robert Mandrou, depois do falecimento de Lucien Febvre na década de 1950. De acordo com Jacques Le Goff,

De fato [Robert Mandrou] era um discípulo mais jovem, o segundo filhote depois de Braudel, e nutria por Lucien Febvre uma admiração mais incondicional ainda que a que lhe devotava Braudel. No plano intelectual, Robert Mandrou defendia antes de tudo a noção de “mentalidades”, que não era fundamental para Lucien Febvre. Marc Bloch [foi] quem antes tinha falado de mentalidades, sem tê-las feito entrar explicitamente na sua metodologia da história<sup>83</sup>.

Portanto, cabe aqui pelo menos uma pequena nota sobre o tema. E quem tratou do assunto de forma mais direta foi justamente Jacques Le Goff – um dos discípulos de Braudel (ainda que não tenha sido orientado por ele em seu doutoramento) nessa época – numa entrevista concedida a Marc Heurgon, em meados da década de 1990, na qual assim dispôs as relações entre Febvre e Mandrou:

---

<sup>81</sup> Cf. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

<sup>82</sup> Cf. MUCCHIELLI, op. cit., 2001.

<sup>83</sup> LE GOFF, J. *Uma vida para a História: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: Edunesp, 1998, p. 125.

Apesar da admiração quase incondicional de Mandrou por Febvre, não houve entre eles uma perfeita adequação, na medida em que ideológica e politicamente Mandrou estava mais à esquerda. Envolvido por alguns meses nos domínios do PSU, ele foi atraído pelo marxismo e se pretendia um militante leigo (...). Todavia, para os *Annales*, dos quais carregava o espírito, Mandrou era o nome ideal, inteligente, adequado em razão de sua ainda jovem idade, ausência de uma posição universitária importante – ele era, graças a Lucien Febvre, um simples diretor de estudos e não havia ainda defendido sua tese. Completamente disposto a aceitar uma posição e um modo de trabalho relativamente subalternos, Robert Mandrou tornou-se então secretário de redação. Essa função e esse termo encobriam uma atividade científica tanto quanto administrativa, e assim até a morte de Lucien Febvre, no verão de 1956<sup>84</sup>.

Nesse sentido, por ocasião da aposentadoria de Lucien Febvre, Fernand Braudel foi quem o sucedeu no Collège de France, em 1950, e depois de seu falecimento se tornou presidente da VI seção da Escola Prática de Altos Estudos, restando apenas a direção da revista *Annales*, da qual Robert Mandrou havia se colocado como o herdeiro mais próximo, em função das atividades que vinha desempenhando ao lado de Febvre.

Isso era inadmissível para Fernand Braudel, que não podia suportar que a herança de Febvre não fosse toda para ele. Muito rapidamente, os dois homens se opuseram, devotando um ao outro uma profunda inimizade. Foi um duelo desigual, pelas diferenças de idade e de *status*. Robert Mandrou sofreu um processo normal numa monarquia: a desgraça do favorito depois do desaparecimento de seu protetor (...). Braudel o lançou para a secretaria de redação dos *Annales* e Mandrou fracassou tanto na gestão administrativa como, também, segundo Braudel, na intelectual da revista. Um chefe como Braudel se contentava em acompanhar as coisas de longe e de dar alguns empurrões. Estávamos bem longe de os encargos cotidianos da revista serem enfrentados por dois diretores, como no tempo de Marc Bloch e Lucien Febvre. Ora, Mandrou não deu provas das qualidades necessárias no trato com o mundinho de autores e problemas da redação e da edição de uma revista<sup>85</sup>.

A partir dos anos 60, contudo, foi Jacques Le Goff, entre outros, quem esteve desempenhando parte das funções administrativas da revista ao lado de Fernand Braudel, mas com uma opinião crítica sobre a forma como Braudel exercia o poder no periódico: “Descobrimos, no

---

<sup>84</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 126-127.

<sup>85</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 127-128.

exercício do poder e ainda mais no declínio deste, um Fernand Braudel no qual o homem não estava à altura do historiador. Essa experiência não se apagou de nossas memórias e marcaria profundamente a continuidade das nossas relações com o presidente da VI seção<sup>86</sup>. Assim, Jacques Le Goff se tornou, conforme suas próprias palavras, “o Édipo da Hautes Études, que matava o pai para atingir a sua maturidade presidencial<sup>87</sup>. Desse modo, pode-se notar uma história sobre o grupo ao redor da revista *Annales* bem mais complexa, do que, aparentemente, se poderia observar inicialmente.

Quando Fernand Braudel decidiu pensar na aposentadoria, por estar se aproximando dos 70 anos de idade, assim Jacques Le Goff se pronunciou:

Fernand Braudel ainda estava sob o choque de 1968, que o havia marcado profundamente. Além disso, ele previa que, dali a quatro anos, quando atingisse setenta anos, o problema da aposentadoria seria colocado (...). Foi por essa ocasião que ele decidiu colocar o problema da sucessão. A situação se pôs de forma profundamente diferente daquela que aconteceu na época de Lucien Febvre: [na qual] Braudel havia recebido a totalidade do seu legado e até mesmo o ampliara. Desta vez, ele queria que suas próprias funções e seus poderes fossem divididos entre seus sucessores [Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e nos arredores André Burguière e Marc Ferro]<sup>88</sup>.

Mas, com o passar do tempo, Fernand Braudel, se tornou um grande crítico dos *Annales*, que ficaram conhecidos como a “terceira geração” da revista; principalmente porque, além de remanejarem o formato do periódico, acabaram por colocar no primeiro plano procedimentos de pesquisa aos quais Braudel havia sido contrário, e não apenas porque Robert Mandrou foi um dos pioneiros nos anos de 1950 a abordar as “mentalidades coletivas” e foi reabilitado pelos membros do grupo, entre os anos 60 e 70, mas também porque proporcionaram uma mudança de orientações, a tal ponto que ficou quase silenciada a herança vinda de Braudel. Diz Le Goff ainda:

Para Fernand Braudel, os novos *Annales* romperam uma tradição essencial da revista, o desejo de globalidade, a vontade de reconstituir, com base nesta ou naquela questão, o conjunto das realidades sociais que a constituíram e que só dessa forma são explicáveis (...). Assim se colocou a questão dos números especiais, aos quais Braudel se declarou

---

<sup>86</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 165.

<sup>87</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 183.

<sup>88</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 195.

hostil, apoiando-se na tradição de Marc Bloch e Lucien Febvre. Realmente, longe de se constituir esgotamento de um campo histórico, esses números foram por nós concebidos como uma espécie de desenvolvimento das investigações que Bloch e Febvre haviam apresentado nos primeiros *Annales*. Foram feitos para traçar caminhos, definir deficiências, orientar a pesquisa para temas que nos pareciam chaves [mas aos olhos de Braudel, não], fundamentais e conclamados a um interessante desenvolvimento num futuro próximo<sup>89</sup>.

Nesse sentido, fica aqui um exemplo claro das rupturas, em meio a outras continuidades, pelas quais passou o comando intelectual e administrativo da revista, ora refazendo seu formato, ora agrupando um conjunto de questões; ou debatidas anteriormente, mas sob novo enfoque, ou produzindo debates, em torno dos quais se deveria orientar a atenção do grupo. Esses fatores tornavam, obviamente, mais explícitas as disputas “geracionais” no interior do grupo, ao redor da revista *Annales*.

## **O MOVIMENTO DOS ANNALES NOS ANOS DE 1970: UMA “GERAÇÃO” À PROCURA DE “NOVOS” CAMINHOS**

Na década de 1970, Fernand Braudel passava a rever seu “projeto político” e “intelectual” e, ainda que não se desvinculasse dele, indicou alguns de seus limites. Numa entrevista concedida, em 1972, a William McNeill, para o *Jornal de História Moderna*, intitulada “Minha formação de historiador”, Braudel percebia as redefinições de fronteiras e dos campos de pesquisa na História, de tal modo que o próprio desenvolvimento das pesquisas, que ocorreu nas décadas de 1950 e 60, destituiu a unidade na História, a qual ele tanto frisava. Além disso, o diálogo entre História e Ciências Sociais se tornou ainda mais híbrido, criando, assim, temas, problemáticas e abordagens que acabaram por condenar aquele projeto dos anos de 1950. Daí, Braudel encerrar sua entrevista com estas palavras:

Enfim, teria tido razão ao decidir, há mais de quatro anos [1968], deixar o cuidado de dirigi-los, sem mais me ocupar deles, a uma equipe jovem [J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie e Marc Ferro] (...). Dá-se, às vezes, eu não estar de acordo com eles, abertamente. Mas, graças a eles, a velha casa tornou-se de novo uma casa da juventude<sup>90</sup>.

Há, entretanto, pelo menos uma ressalva a ser feita neste ponto: a de que, por razões, muitas vezes, diversas entre si, a forma como foi

---

<sup>89</sup> LE GOFF, op. cit., 1998, p. 204.

<sup>90</sup> BRAUDEL, op. cit., 2002, p. 31.

recebida a “herança” intelectual (se é que se poderia dizer assim) de Fernand Braudel, por parte do grupo ao redor da revista *Annales* (do qual muitos foram orientados por ele em suas teses de doutoramento) e que se (auto)denominou a “terceira geração” do periódico, ocorreu, ou de modo restrito, ou privilegiando certos ângulos de interpretação do passado, ou ainda, apenas uma parte da produção intelectual daquele autor. Esse fato foi notado por Jacques Le Goff em uma entrevista concedida, em 1982, a Francesco Maiello, na Itália, assim se referindo:

Repare, é verdade que a sua idéia da longa duração se apresentou como fecunda, justamente muito fecunda, aos historiadores de hoje. Não esqueçamos, porém, que se lermos muitas obras destes historiadores em confronto com o famoso artigo de Braudel, teremos imediatamente a sensação de que a idéia foi isolada do seu contexto. Qual é o sistema explicativo que Fernand Braudel propõe no seu artigo sobre a longa duração? É que existem ritmos diversos na evolução histórica e que são as *relações* e os defasamentos entre estes ritmos diversos de evolução que fazem a história (...). A história para Braudel explica-se com a relação entre as durações e os ritmos; ele pessoalmente pod[eria] preferir a longa duração, porque a mais descurada pelas razões de que se falava a propósito do velho acontecimentalismo. O que me desagrade é que por razões de vocabulário e por exemplificações sucessivas alguns grandes historiadores tenham podido fazer crer que essa longa duração correspondesse ao imobilismo<sup>91</sup>.

Desse modo, e mesmo em função da mobilidade de suas discussões e desenvolvimento de suas leituras, nos campos da História e das “ciências sociais”, não há uma definição acabada do que seja a “história total” para Fernand Braudel. O que existe em sua obra são fragmentos, que constituem perspectivas de projetos, que visavam elaborar caminhos para a produção de uma História Mundial, relacionada com as histórias nacionais e regionais. Preocupava-se mais em elaborar uma proposta, e não com a sua conclusão, o que se firmaria com os estudos de ontem, hoje e amanhã, de preferência, efetuadas por equipes, e não por pesquisadores isolados, ou sozinhos. A sua obra, nesse sentido, é um fazer-se e refazer-se, sempre do mesmo projeto. Ora a história total era entendida como o estudo das sociedades em conjunto, nos seus desdobramentos políticos, econômicos, culturais e sociais, no tempo e no espaço – “A história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é estudo do social, de todo o social, e portanto do passado, e portanto também do presente,

---

<sup>91</sup> LE GOFF, J. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 31.

um e outro inseparáveis”<sup>92</sup> –, ora como o estudo dos grupos humanos na totalidade de suas ações no tempo.

A história se situa em patamares diferentes (...) na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Foi estudada até aqui sobretudo no plano econômico da vida material, dos ciclos e interciclos econômicos (...). Para além desse “recitativo” da conjuntura, a história estrutural, ou de longa duração, coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel (...) faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a se escoar e a se consumir, e que, em suma, gravitam em torno dela<sup>93</sup>.

E ainda, como o estudo dos homens nas suas relações com o meio, segundo a sincronicidade de tempos múltiplos, que se complementariam reciprocamente. “Entendo por *história*, uma pesquisa cientificamente conduzida, digamos a rigor uma ciência, mas complexa: não há *uma* história, *um* ofício de historiador, mas, ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, outros pontos de vista, outras possibilidades se acrescentarão ainda”<sup>94</sup>.

Em todo caso, não se encontra uma definição fechada, porque ela permaneceu dinâmica, em função das necessidades de definições de discursos propícios a “lugares sociais” diversificados. Desse modo, há uma filosofia (a compreensão da diversidade das ações humanas no tempo, por meio do questionamento do presente sobre o passado e vice-versa), um projeto (o estudo de todas as civilizações no tempo e no espaço), uma metodologia (quantitativista, serialista, estruturalista) e uma política (a História propiciaria os caminhos para o estudo integrado das sociedades passadas, junto às “ciências sociais”), que embora (a)pareçam dispersas no pensamento de Fernand Braudel, encontravam-se em processo de (permanente) construção.

Na década de 1940, Braudel elaborava uma perspectiva que nos anos de 1950 se tornaria um projeto de pesquisa com base em equipes. Nos anos 70, sem estar no comando de instituições universitárias, nas quais vinha elaborando aquele “projeto político” e “intelectual”, passaria a avaliar os limites, não pela inviabilidade de estudos, mas pela própria explosão do número de trabalhos em história social (mesmo se consideradas as diversas abordagens e temas tratados), que acabou por deixar, aquele sentido de totalidade (no estudo das sociedades

---

<sup>92</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 98.

<sup>93</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 104-105.

<sup>94</sup> BRAUDEL, op. cit., 1992, p. 91-92.

passadas) e intercâmbios entre História e Ciências Sociais fora do alcance (esperado); e levou a novas definições do trabalho intelectual, ao se reformular outras escalas de medida para se estudar o social. Do estudo macro-social para a micro-história do social, sobre grupos e espaços mais delimitados<sup>95</sup>. Dentro dessa perspectiva, grande número de pesquisas foi produzido, mas sob enfoques diversificados: na Itália (onde mais se proliferaram nos anos de 1970 e 80), na França, nos Estados Unidos e, em menor escala, na Inglaterra. Ocorre que de um lugar, senão marginal, bastante secundário nos estudos históricos, a micro-história atingiu, nos anos de 1990, um auge relativo em vários países, além daqueles centros irradiadores das principais abordagens<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Cf. REVEL, J. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>96</sup> Cf. VAINFAS, op. cit., 2002; DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: Edusc, 2002.

